

G. HABERLER — *PROBLEMAS DE CONJUNTURA E DE POLÍTICA ECONÔMICA* — Editado pela Fundação Getúlio Vargas Rio, 1948 — 224 págs.

O livro do Professor HABERLER publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ainda este mês, nada mais é do que uma coletânea das conferências que êle proferiu durante sua estada no Rio, no inverno passado, a convite daquela Fundação. E se a presença do Professor HABERLER constituiu grande estímulo para as pesquisas e discussões sôbre problemas econômicos que essa Fundação se propõe realizar, as suas conferências vieram satisfazer a curiosidade de todos aquêles que se interessam pelos problemas econômicos com que se defronta o mundo. Tenho a impressão de que foi para satisfazer àqueles que não as assistiram que a Fundação resolveu publicá-las. E por isso devemos felicitá-la, pois, na verdade, da análise e das sugestões que o Professor HABERLER desenvolveu e também das questões que levantou muito temos que aprender.

Vale esclarecer, de comêço, que essas conferências não constituem trabalho da envergadura científica que estamos

• *Technology Review*, February, 1948.

acostumados a observar nos livros do Professor HABERLER. Podem ser consideradas como palestras entre amigos, encontrando-se o Professor HABERLER com a palavra. Na verdade, estou certa de que os que as assistiram e os que as lerem concordarão comigo em que a elas o Professor HABERLER nunca imprimiu um ar de preleção e muito menos de lição.

Outro ponto a ser considerado é que essas conferências foram, com exceção de uma, apanhadas em português, i.é., o taquígrafo, ouvindo-as em inglês as transcrevia em português. Além disso, algumas, dentre elas, não foram revistas pelo autor. Portanto, não de ser notadas inevitáveis falhas não só de coordenação do raciocínio como de clareza das expressões. Realmente, aqueles que conhecem as obras do Professor HABERLER sabem que elas se distinguem por se revestirem de método, atenção ao detalhe e elaboração clara. Aliás, em nossa opinião, nenhum outro economista possui qualquer dessas qualidades em tão elevado grau. Acredito, todavia, que a ausência dessas características, em alguns trechos das conferências, venha desvirtuar o sentido das exposições que o Professor HABERLER fez. Por outro lado, não pretendemos, com estas notas, fazer crítica de seu último trabalho mas, apenas, registrar sua aparição com um breve comentário.

Os temas abordados pelo Professor HABERLER são seis: (1.º) *Haverá depressão nos Estados Unidos?* (2.º) *Medidas contra depressões nos países industriais.* (3.º) *Política de combate à depressão nos países pouco industrializados.* (4.º) *Problemas monetários internacionais.* (5.º) *Tarifas e política comercial.* (6.º) *Economia e Política.*

Começando sua palestra, o Professor HABERLER, antes de responder à pergunta proposta, retrocede para inquirir por que todos querem saber se haverá ou não depressão nos Estados Unidos. A resposta, na sua opinião, pode ser encontrada na significação que assume a economia norte-americana em relação ao mundo e à repercussão que uma depressão ali produzirá sobre as economias dos outros países. A destacada importância da situação econômica dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo resulta, diz êle, da conjugação de três fatores: (1.º) serem os Estados Unidos um dos maiores, mais

ricos e economicamente mais poderosos países do mundo; (2.º) embora o seu comércio exterior, comparado ao interno, seja diminuto, colocando-o em posição de pouca dependência do comércio internacional, o vulto dêste em valores absolutos é de tal ordem, em confronto com o do resto do mundo, que as oscilações que o afetam conseqüentemente atingem a situação econômica dos demais países; (3.º) apesar de não se poder classificar sua economia de estritamente liberal, os Estados Unidos ainda mantém tôdas as principais características do sistema capitalista de livre empreendimento, o que os tornam o único dos grandes países que ainda conserva uma economia capitalista liberal. Como aponta HABERLER, não havendo país algum no mundo onde êsses três fatores se conjuguem, a repercussão que uma depressão ali registrada terá no resto do mundo não se limita somente ao campo economico, mas também (e em relação à Rússia, especialmente) ao campo político.

No que tange à Grã Bretanha, o Professor HABERLER não acredita que sofra muito em conseqüência de uma depressão nos EE. UU.; ao contrário, dados certos fatores, pode até vir a ser-lhe benéfica. Quanto à Rússia, — pelo menos assim o julgam os soviéticos — só teria a ganhar. Entretanto, na América Latina as repercussões haveriam de ser prejudiciais.

Entrando pròpriamente na questão, o autor, de início, analisa as várias causas que podem ocasionar uma depressão nos Estados Unidos, aludindo às duas mais importantes correntes doutrinárias sôbre o assunto: a daqueles que tentam explicá-la como resultante de fatores de desajustamento no campo monetário e a dos que buscam atribuí-la à carência de oportunidades de investimento. O autor rejeita as asserções de ambas as escolas, pois não tem as causas mencionadas como prováveis ocasionadoras de uma futura depressão (pelo menos em futuro imediato). Isso por achar que o sistema bancário nos EE. UU. se fortaleceu muito na década passada e porque há falta de evidência de que não existam oportunidades de investimento naquele país. De maneira que, a seu ver, os fatores que poderão causar depressão nos Estados Unidos em futuro mais próximo serão: (1.º) saturação de estoques (o que, como faz notar, significa esgotamento ou diminuição das oportunidades

de investimento); (2.º) queda na procura de bens duráveis; (3.º) diminuição de exportações, o que poderá ocorrer se os EE. UU. cessarem de conceder empréstimos; (4.º) desajustamentos no campo do trabalho. Em conclusão, êle acredita que uma depressão virá, de futuro, a manifestar-se nos Estados Unidos. Entretanto não crê que isto se verifique próximamente ou que venha a assumir caráter de tal gravidade como a da que se iniciou em 1929, porquanto, hoje, se possui conhecimento muito mais perfeito desse fenômeno e dos meios de combatê-lo, do que há 15 ou 20 anos atrás.

*

Quanto ao segundo tema, depois de referir-se à distinção que se deve fazer entre a teoria do ponto de inversão (*turning point*) e a da depressão pròpriamente dita, essencial à discussão, menciona três tipos de políticas contra a depressão: a *estrutural*, a *preventiva* e a *compensatória*. A primeira consiste em aumentar a resistência orgânica do sistema econômico; a segunda em adotar medidas tendentes a evitar que o ponto de inversão se converta em depressão; a terceira, abrangendo um conjunto de medidas a serem adotadas durante o processo depressivo, para combater a deflação. No primeiro grupo estão incluídas: diversificação econômica, aperfeiçoamento do sistema monetário e bancário, mobilidade do trabalho. No segundo, manutenção do nível de preços, inclusive o custo de vida; política de moeda neutra (*neutral money policy*) e um melhor equilíbrio na distribuição de rendimentos e de uma disparidade apreciável entre o vulto dos lucros obtidos pelas emprêsas e o nível dos salários. No terceiro se incluem medidas de expansão monetária e de ordem fiscal. Quanto às primeiras, o autor acredita que possam ser aplicadas. Quanto às segundas, mostra-se céptico, dizendo, mesmo, que está convencido de que nenhuma delas é capaz de evitar a depressão, se bem que possam torná-la mais branda. Quanto à terceira, acredita aconselhável se levada a efeito de modo apropriado, sugerindo que, talvez, possa tomar, alternativamente, um caráter de redução de impostos, o que pode ser feito mais prontamente do que a realização de obras públicas, cujo incremento terá de cessar prontamente, assim que a depressão chegar ao fim. A respeito,

o autor declara que êle não é “*deterred*” pela objeção que se faz a êsse recurso, pelo fato de implicar num aumento da dívida pública, embora seja céptico acêrca da possibilidade de redução dessa durante o subseqüente período de prosperidade.

*

Quanto às políticas de anti-depressão nos países pouco industrializados, o Professor HABERLER começa por tomar emprestado ao Dr. EUGÊNIO GUDIN os têrmos “economias líderes” e “economias reflexas” para incluir nas últimas os países que sòmente refletem as depressões dos países altamente industrializados e que são, nesse caso, os responsáveis pelas depressões nelas ocorridas. Nessa classe estão incluídos, em primeiro lugar, os países agrícolas das zonas temperadas (Argentina, Austrália, Nova-Zeelândia e também o Canadá); em segundo lugar, vem o grupo dos países tropicais da América Latina, Ásia Sul-Oriental e África; em terceiro, os países de economia mineira (Bolívia, Peru, México (parcialmente) e a Birmânia); em quatro, os superpovoados, como a China, a Malaia e a Europa Balcânica. Êsses diferentes tipos de economias reflexas têm seus problemas específicos e o ciclo econômico, que é gerado nos países industriais, reflete-se em suas economias de maneiras, até certo ponto, diversas. Eles têm, entretanto, algumas características comuns, que os distinguem dos países altamente industrializados, como os Estados Unidos e a Inglaterra: (1.º) a predominância da agricultura; (2.º) a carência de produção diversificada; (3.º) o volume de provisões monetárias internacionais pequeno; (4.º) a circunstância de que, se as medidas contra a depressão atrapalham o desenvolvimento econômico dos países industriais, para os pouco industrializados ainda geram conseqüências mais sérias; (5.º) a carência geral de mercado monetário devidamente organizado; (6.º) a falta de maturidade política que, em geral, se traduz em deficiência da habilidade administrativa e ausência de uma sólida estrutura democrática.

Passa o autor a examinar como as mencionadas políticas contra a depressão podem ser aplicadas aos países menos industrializados. Quanto às duas primeiras, êle acha que são de mais fácil aplicação nestes do que naqueles. Quanto à terceira, se

bem que, à primeira vista, pareça recomendável para os países pouco industrializados, acredita que, sendo grandes as oportunidades nêles existentes para investimentos, outros fatores tornam difícil a aplicação das medidas que ela compreende. Entre os óbices que se lhes opõem está o caráter especializado de sua produção, o que implica em impossibilidade de aumentar o consumo interno dos seus artigos de exportação (café, cacau, estanho, etc.) ou em deslocamento dos recursos da produção exportável para a manufatura de artigos que, anteriormente, eram importados. Do outro lado, uma política de gastos (*spending policy*) do govêrno agravaria as dificuldades da balança de pagamentos que, em geral, afligem êsses países durante as depressões. Em conclusão, o autor acredita que as medidas mais aconselháveis aos países menos industrializados são as preventivas: acumulação de reservas nos bons tempos, suplementadas com outros recursos do Fundo Monetário Internacional ou de outras origens. Mas, se estas ainda forem insuficientes, há o recurso à depreciação da moeda, mediante restrições diretas através de quotas, contrôle de câmbio, etc. Entretanto, frisa o autor que os países menos industrializados não podem esperar isolarem-se de depressões iniciadas nos países industriais. Tudo o que podem fazer é enfraquecer os seus efeitos e para terminar êle diz que, na verdade, a responsabilidade pela estabilidade econômica do mundo cabe aos países altamente industrializados.

*

Estudando o quarto tema, o Professor HABERLER ressalta que, embora os problemas dessa ordem sejam mais sérios durante os períodos de depressão, se está presenciando o fato de que, mesmo com pleno emprêgo, se observam dificuldades em relação a balanço de pagamentos e protecionismo. Lembra-nos que uma das questões mais discutidas hoje em dia é a carência de dólares, o que representa uma procura geral por essa moeda que, na verdade, afeta o mundo todo, de diversas maneiras. Num grupo estão os países que foram devastados pela guerra e se encontram geograficamente próximos da influência russa (Áustria Alemanha, Grécia e Coréia). Nesse caso, a obtenção de dólares representa uma questão de vida ou morte

econômica, de liberdade ou escravidão, o que, evidentemente, a transforma em um problema de socorro e estratégia política, situado fora do campo adstrito ao economista. Em segundo lugar, há o grupo de países, também muito atingidos pela guerra, que precisam de empréstimos dos EE. UU. para fins de reconstrução (países da Europa Ocidental, como a Grã Bretanha e talvez a Itália). Para estes, os empréstimos em dólares significam aceleração da marcha para a recuperação e elevação dos padrões de vida. E se bem que não se revistam do aspecto radical de uma questão de vida ou morte é preciso notar-se, entretanto, que um padrão de vida mais alto ou mais baixo pode, nesse caso, significar, politicamente, tranqüilidade ou revolução, o que se conclui ao observar o atual panorama da Itália ou da França. Em terceiro lugar, há o grupo dos países que estão a exigir empréstimos para seu desenvolvimento econômico, como o Brasil e muitos outros da América Latina. Em último lugar estão os países que, não precisando de empréstimos americanos para qualquer dos fins acima mencionados, estão, entretanto, tendo dificuldades de balanço de pagamentos. E' o caso do Canadá, Argentina e Suécia. Todas essas necessidades somadas, acredita o Professor HABERLER que o resultado ficaria muito acima do que o Congresso dos Estados Unidos estariam habilitados a garantir.

Tendo chegado a essa conclusão, o Professor HABERLER passa a estudar os problemas de balanço de pagamentos, isto é, até que ponto é possível evitar-se a difusão de restrições arbitrárias e discriminatórias de importações, quotas, controle de câmbios, compensações bilaterais, etc. Na sua opinião há apenas três métodos: a técnica do padrão-ouro, o controle direto e a depreciação da moeda. Quanto ao primeiro, acredita que nenhum país viria a adotá-lo, restando, portanto, os dois últimos: controles diretos e depreciação da moeda. O primeiro implica em regulamentação econômica e em adoção de medidas de política totalitária; o último se apresenta com características opostas.

•

Examinando a quinta questão, declara que, em princípio, o livre câmbio é, unanimemente, aprovado por economistas de

qualquer tendência social ou política, mas que aos seus princípios são, entretanto, oferecidas restrições de ordem prática e se diversificam conforme o caso especial de cada país. Quanto à questão relativa à adoção pelo mundo de uma política de livre câmbio ou de protecionismo, êle conclui por não mais versar hoje o debate sôbre uma ou outra dessas orientações, mas, sim, em têrmos de tarifas *versus* contrôles e comércio bilateral. Comparando os dois últimos procedimentos, o autor se decide pelas restrições tarifárias, porque permitem maior elasticidade do que o outro. Abrindo um parêntesis para apreciar a atitude do Socialismo a êsse respeito, diz o autor que, embora os socialistas, freqüentemente, se manifestem em favor do princípio do livre câmbio, o que, atualmente, aprovam não é a sua aplicação entre emprêsas e indivíduos de diferentes países, mas entre govêrno e govêrno, mantendo, assim, o poder público o monopólio do comércio internacional. Êste regime, todavia, levaria a uma recrudescência do sentimento de nacionalismo econômico, em vez de incrementar o livre câmbio. Estuda, em seguida, a atitude de diversos países a êsse respeito, sustentando que a dos EE. UU. é de oposição a medidas discriminativas ou restritivas, tais como: quotas, licenças ou contrôle de câmbio; o que, aliás, ficou consignado na Carta do Atlântico, constituiu princípio-guia em Bretton Woods e foi, de início, recomendado na Conferência Internacional de Comércio e Emprêgo. E, para terminar, o autor volta a referir-se à injustiça feita aos EE. UU., quando se propala que os fins da sua política em favor da expansão do comércio multilateral é, simplesmente, a expressão do propósito de incrementar suas exportações. Como foi mencionado na primeira conferência, a importância desse incremento para os EE. UU., considerado o seu comércio interno, é pequena. De modo que, em verdade, a política adotada pelos EE. UU. é a de maior preocupação pelos interesses dos outros países do que pelos seus próprios.

*

No exame do último tema o Professor HABERLER começa por demonstrar a relação entre a política e economia, acentuando como estão intimamente entrelaçadas, para pôr em evidência, o desacêrto de dizer-se que as leis econômicas não podem

ser alteradas. E depois de abordar o capitalismo e sua evolução, as críticas e oposições que em relação a êle se levantam, o autor aconselha àqueles que querem reformar o mundo, não deixarem de ter em mente o fato de que o capitalismo demonstrou uma prodigiosa produtividade e é, ainda, capaz de enormes realizações, e que a experiência tem revelado que o capitalismo pode ser, dentro de certos limites, regulamentado, de modo a mitigar as desigualdades, reduzir a insegurança individual e evitar flutuações e severas depressões. Não há dúvida, entretanto, que, se êstes limites forem ultrapassados, o mecanismo da economia capitalista sofrerá sérias perturbações, com redução do seu rendimento produtivo. O Professor HABERLER não tem a menor dúvida de que muitos países já ultrapassaram êstes limites. E isso o conduz a discutir democracia e totalitarismo. Entretanto, o tema aqui abordado pelo Professor HABERLER diz mais com *liberalismo econômico e democracia política* "versus" "*central planning*" e *socialismo*. Êle admite que o mundo se tem movimentado na direção do socialismo e do planejamento central, ao mesmo tempo que se nota um declínio na democracia política e o aparecimento de regimes totalitários. Contudo, é de opinião que o aparecimento dêstes talvez não possa ser explicado por uma única causa, seja econômica ou qualquer outra, embora julgue que as de ordem econômica tenham sido de marcante importância nas revoluções sociais.

Quanto à atual relação entre o declínio do capitalismo e o crescimento do socialismo, de um lado, e o aparecimento de regimes totalitários, do outro, o Professor HABERLER expressa a opinião de que a democracia política é incompatível com um alto grau de regulamentação econômica. Socialismo e democracia não podem ser conseguidos ao mesmo tempo. Uma certa dose de liberdade no campo econômico é essencial à preservação das liberdades humanas básicas. O autor cita então a declaração de JOAN ROBINSON de que, pelo menos por uma geração, o estado socialista será forçado a abandonar certas liberdades (liberdade de imprensa, liberdade de oposição política, etc.) Entretanto, acredita que dizer com HAYEK e MISES que a escolha tem que ser feita entre absoluto *laissez-faire* e democracia, de um lado, e intervencionismo e ditadura, do outro, é ser exagerado. Nalgum ponto está o limite que se desloca no tempo e que não é o mesmo para todos os países.

Propondo a questão acêrca de se poder extrapolar as tendências recentes para o disciplinamento econômico e o totalitarismo, menciona três possibilidades, isto é, três interpretações da História do desenvolvimento da civilização: (1.º) a interpretação de uma direção (*one-directional*) nas linhas de Lord ACTON, que concebe a história como uma contínua aproximação da mais ampla e maior liberdade humana; (2.º) a interpretação cíclica de TOYNBEE; (3.º) a mais céptica e agnóstica, como a de H. A. L. FISHER, que vê no desenvolvimento dos destinos humanos o jôgo de contingências e do desconhecido.

Na opinião do Professor HABERLER a última não é inapropriada aos nossos tempos: “uma emergência sucedendo à outra” — esta fórmula parece adequada ao tempo em que vivemos. Mas, como estas emergências não são estágios de uma evolução pré-determinada, há lugar para a esperança e para a ação. Olhando para o Velho Mundo, a esperança pode parecer tênue, de vez que o tempo para a ação parece correr mais do que nós. Felizmente, porém, isto não é verdadeiro nem se aplica a êste mundo novo e especialmente a êste grande país.”

M. J. de Paiva Suggett

*Faculdade Nacional de
Ciências Econômicas da
Universidade do Brasil.*
